

**TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
ESPECIALIDADE SEGURANÇA**

TARDE

Nome do Candidato

Inscrição



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação	11 a 20
Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência	21 a 25
Noções de Informática	26 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

**PROVA
01**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA FOLHA DE RESPOSTAS!

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
- b. manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
- c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
- **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
- **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA - ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. Erasmo, agente público lotado no Fórum Trabalhista de Porto Real/RJ, é o responsável pela manutenção da segurança do átrio do estabelecimento, sendo a ele juridicamente possibilitada a tomada de decisões que garantam a integridade física dos demais funcionários e que preservem o patrimônio público presente no local. Em determinado dia, adentrou no prédio um cidadão segurando um porrete em suas mãos. Trata-se de Alexandre, empresário insatisfeito com sua derrota obtida em ação trabalhista que o condenou a pagar verbas indenizatórias valorosas a um ex-empregado de seu estabelecimento comercial. Alexandre direciona-se até o balcão da Vara Trabalhista e começa a ameaçar os servidores que ali trabalham, bem como anuncia que destruirá toda a estrutura daquela repartição. Quando Alexandre movimenta-se no sentido de atingir um dos computadores da Vara Trabalhista com o porrete, Erasmo rapidamente intervém e o surpreende por trás, atingindo Alexandre, com uma pancada na cabeça, com seu cassetete. Alexandre imediatamente desmaia e é levado ao hospital e, horas depois, recebe alta hospitalar. Acerca da ação de Erasmo, introduza e fundamente qual instituto jurídico penal foi utilizado por ele para justificar sua ação de lesão corporal e excluí-lo de crime, relacionando a legislação aplicável com o fato enunciado.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

A indústria do espírito

JORDI SOLER – 23 DEZ 2017 - 21:00

O filósofo Daniel Dennett propõe uma fórmula para alcançar a felicidade: “Procure algo mais importante que você e dedique sua vida a isso”.

Essa fórmula vai na contracorrente do que propõe a indústria do espírito no século XXI, que nos diz que não há felicidade maior do que essa que sai de dentro de si mesmo, o que pode ser verdade no caso de um monge tibetano, mas não para quem é o objeto da indústria do espírito, o atribulado cidadão comum do Ocidente que costuma encontrar a felicidade do lado de fora, em outra pessoa, no seu entorno familiar e social, em seu trabalho, em um passatempo, etc. [...]

A indústria do espírito, uma das operações mercantis mais bem-sucedidas de nosso tempo, cresceu exponencialmente nos últimos anos, é só ver a quantidade de instrutores e pupilos de *mindfulness* e de ioga que existem ao nosso redor. *Mindfulness* e ioga em sua versão pop para o Ocidente, não precisamente as antigas disciplinas praticadas pelos mestres orientais, mas um produto prático e de rápida aprendizagem que conserva sua estética, seu *merchandising* e suas toxinas culturais. [...]

Frente ao argumento de que a humanidade, finalmente, tomou consciência de sua vida interior, por que demoramos tanto em alcançar esse degrau evolutivo?, proporia que, mais exatamente, a burguesia ocidental é o objetivo de uma grande operação mercantil que tem mais a ver com a economia do que com o espírito, a saúde e a felicidade da espécie humana. [...]

A indústria do espírito é um produto das sociedades industrializadas em que as pessoas já têm muito bem resolvidas as necessidades básicas, da moradia à comida até o Netflix e o Spotify. Uma vez instalada no angustiante vazio produzido pelas necessidades resolvidas, a pessoa se movimenta para participar de um grupo que lhe procure outra necessidade.

Esse crescente coletivo de pessoas que cavam em si mesmas buscando a felicidade já conseguiu

instalar um novo narcisismo, um egocentrismo *new age*, um egoísmo raivosamente autorreferencial que, pelo caminho, veio alterar o famoso equilíbrio latino de *mens sana in corpore sano*, desviando-o descaradamente para o corpo. [...]

Esse inovador egocentrismo *new age* encaixa divinamente nessa compulsão contemporânea de cultivar o físico, não importa a idade, de se antepor o *corpore* à *mens*. Ao longo da história da humanidade o objetivo havia sido tornar-se mais inteligente à medida que se envelhecia; os idosos eram sábios, esse era seu valor, mas agora vemos sua claudicação: os idosos já não querem ser sábios, preferem estar robustos e musculosos, e deixam a sabedoria nas mãos do primeiro iluminado que se preste a dar cursos. [...]

Parece que o requisito para se salvar no século XXI é inscrever-se em um curso, pagar a alguém que nos diga o que fazer com nós mesmos e os passos que se deve seguir para viver cada instante com plena consciência. Seria saudável não perder de vista que o objetivo principal dessas sessões pagas não é tanto salvar a si mesmo, mas manter estável a economia do espírito que, sem seus milhões de subscritores, regressaria ao nível que tinha no século XX, aquela época dourada do hedonismo suicida, em que o *mindfulness* era patrimônio dos monges, a ioga era praticada por quatro gatos pingados e o espírito era cultivado lendo livros em gratificante solidão.

(Adaptado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/opinion/1506452714_976157.html>. Acesso em 27 mar. 2018)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que
 - (A) a fórmula da felicidade proposta por Daniel Dennett vai ao encontro do que propõe a indústria do espírito no século XXI.
 - (B) o atribulado cidadão comum do Oriente, assim como um monge tibetano, encontra a felicidade em si mesmo.
 - (C) a indústria do espírito tem menos a ver com a felicidade das pessoas do que com a economia e com o mercado.
 - (D) o novo narcisismo, decorrente de uma postura intimista, prioriza o espírito em detrimento do corpo.
 - (E) a indústria do espírito incentiva a leitura de livros em gratificante solidão.

2. Sobre tipologia e gêneros textuais, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto “A indústria do espírito” apresenta, majoritariamente, a tipologia narrativa, a qual tipicamente emprega verbos no pretérito, como é possível notar neste excerto: “A indústria do espírito, uma das operações mercantis mais bem-sucedidas de nosso tempo, cresceu exponencialmente nos últimos anos [...].”
- (B) Não há um número definido de tipologias textuais, uma vez que elas surgem e desaparecem conforme as necessidades sociodiscursivas de determinada comunidade.
- (C) O segundo parágrafo do texto “A indústria do espírito” é composto por períodos simples, típicos da tipologia injuntiva.
- (D) A maneira com que o texto “A indústria do espírito” se inicia, utilizando uma citação, é comum no gênero textual carta aberta.
- (E) O texto “A indústria do espírito” é um exemplar do gênero textual artigo de opinião.

3. Em relação à acentuação gráfica e à ortografia oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “A indústria do espírito, uma das operações mercantis mais bem-sucedidas de nosso tempo [...], a palavra em destaque poderia ser grafada sem hífen, sem com isso acarretar prejuízo semântico ou sintático.
- (B) Em “A indústria do espírito é um produto das sociedades industrializadas em que as pessoas já têm muito bem resolvidas as necessidades básicas [...], a expressão em destaque não poderia ser grafada com hífen, já que utilizar o hífen acarretaria prejuízo semântico ou sintático.
- (C) Em “A indústria do espírito é um produto das sociedades industrializadas em que as pessoas já têm muito bem resolvidas as necessidades básicas [...], o acento da palavra em destaque é opcional.
- (D) Em “[...] o objetivo principal dessas sessões pagas não é tanto salvar a si mesmo [...], a palavra em destaque é grafada com “ss” porque significa “cada uma das subdivisões interiores de um estabelecimento”.
- (E) A palavra “subscritores” permite duas grafias: “subscritores” e “sub-escritores”.

4. Considerando o excerto “Mindfulness e ioga em sua versão pop para o Ocidente, não precisamente as antigas disciplinas praticadas pelos mestres orientais, mas um produto prático e de rápida aprendizagem que conserva sua estética, seu *merchandising* e suas toxinas culturais.”, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “versão pop” caracteriza de forma apreciativa o *mindfulness* e a ioga vendidos no Ocidente pela indústria do espírito.
- (B) Um indicativo de que o autor faz uma crítica negativa às antigas disciplinas praticadas pelos mestres orientais é a utilização do adjetivo “prático”, uma vez que ele é colocado em oposição a “teórico”.
- (C) No excerto em questão, a conjunção “mas” poderia ser substituída por “embora”, sem prejuízo semântico ou sintático, pois ambas expressam a ideia de oposição.
- (D) Nas expressões “sua estética”, “seu *merchandising*” e “suas toxinas culturais”, as palavras em destaque se referem às antigas disciplinas praticadas pelos mestres orientais.
- (E) A inversão de “rápida aprendizagem” para “aprendizagem rápida” causaria prejuízo semântico, pois “rápida” deixaria de ser um adjetivo e passaria a ser um substantivo.

5. Em relação às funções de “que”, considere o seguinte excerto e assinale a alternativa correta: “Essa fórmula vai na contracorrente do que propõe a indústria do espírito no século XXI, que nos diz que não há felicidade maior do que essa que sai de dentro de si mesmo [...].”

- (A) Em “que nos diz”, “que” substitui a expressão “a indústria do espírito”.
- (B) Em “que não há felicidade”, “que” substitui o verbo “diz”.
- (C) Em “maior do que”, “que” pode ser substituído por “qual”.
- (D) Em “que sai de dentro de si mesmo”, “que” substitui a palavra “fórmula”.
- (E) A fim de evitar a repetição de “que”, esse termo poderia ser substituído por “qual” em “que não há felicidade”.

6. Referente às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa em que é obrigatório o uso de ênclise.

- (A) “[...] a pessoa se movimenta para participar de um grupo que lhe procure outra necessidade.”.
- (B) “[...] um egoísmo raivosamente autorreferencial que, pelo caminho, veio alterar o famoso equilíbrio latino de *mens sana in corpore sano*, desviando-o descaradamente para o corpo.”.
- (C) “Ao longo da história da humanidade o objetivo havia sido tornar-se mais inteligente à medida que se envelhecia [...]”.
- (D) “[...] e deixam a sabedoria nas mãos do primeiro iluminado que se preste a dar cursos.”.
- (E) “Parece que o requisito para se salvar no século XXI é inscrever-se em um curso [...]”.

7. Assinale a alternativa que apresenta um uso coloquial da linguagem.

- (A) “[...] os idosos já não querem ser sábios, preferem estar robustos e musculosos [...]”.
- (B) “[...] um egoísmo raivosamente autorreferencial que, pelo caminho, veio alterar o famoso equilíbrio latino de *mens sana in corpore sano* [...]”.
- (C) “[...] os idosos eram sábios, esse era seu valor, mas agora vemos sua claudicação [...]”.
- (D) “Seria saudável não perder de vista que o objetivo principal dessas sessões pagas não é tanto salvar a si mesmo, mas manter estável a economia do espírito [...]”.
- (E) “[...] o *mindfulness* era patrimônio dos monges, a ioga era praticada por quatro gatos pingados e o espírito era cultivado lendo livros em gratificante solidão.”.

8. Assinale a alternativa correta a respeito da estruturação do texto.

- (A) Um dos argumentos propostos pelo autor em defesa de sua tese é o de que a indústria do espírito ganhou notoriedade atualmente porque as necessidades básicas do ser humano foram supridas nas sociedades industrializadas.
- (B) A tese central defendida no texto é a importância do *mindfulness* e da ioga da forma como são praticados pelos monges tibetanos e pelos mestres orientais.

(C) O último parágrafo do texto oferece uma solução para o narcisismo, o egocentrismo e o egoísmo decorrentes da busca pela felicidade empreendida por aqueles que se voltam para si mesmos.

(D) O texto mescla sequências narrativas e descritivas para caracterizar as pessoas que contribuem para o crescimento da indústria do espírito.

(E) O texto é estruturado de maneira a apresentar dois momentos distintos: a apresentação dos benefícios da indústria do espírito e a problematização das consequências negativas dessa indústria.

9. Sobre o emprego dos modos e dos tempos verbais no texto “A indústria do espírito”, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “O filósofo Daniel Dennett propõe uma fórmula para alcançar a felicidade [...]”, o verbo em destaque é utilizado no presente do indicativo e expressa a ideia de ação que acontece ao mesmo tempo em que se fala.
- (B) Tanto em “Procure algo mais importante que você e dedique sua vida a isso.” quanto em “[...] a pessoa se movimenta para participar de um grupo que lhe procure outra necessidade.”, os verbos em destaque são utilizados para indicar uma ordem.
- (C) Em “[...] não há felicidade maior do que essa que sai de dentro de si mesmo, o que pode ser verdade no caso de um monge tibetano [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída por “é”, sem que isso cause prejuízo sintático ou semântico, uma vez que ambas as formas estão flexionadas no presente.
- (D) Em “[...] o objetivo principal dessas sessões [é] manter estável a economia do espírito que, sem seus milhões de subscritores, regressaria ao nível que tinha no século XX [...]”, a flexão do verbo “regressaria” no futuro do pretérito do indicativo indica que a realização dessa ação depende da satisfação de determinada condição.
- (E) Em “A indústria do espírito [...] cresceu exponencialmente nos últimos anos [...]”, o verbo em destaque poderia ser substituído tanto por “tinha crescido” quanto por “crescera”, pois ambas as formas estão flexionadas no mesmo tempo verbal e conferem ao excerto o mesmo grau de formalidade.

10. Referente aos aspectos gerais da redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez que o princípio fundamental de toda administração pública é o tratamento igualitário, a redação oficial deve utilizar-se de linguagem coloquial para que todos possam ter acesso aos atos e comunicações oficiais.
- (B) A publicidade dos atos normativos implica que eles sejam escritos de forma prolixas, pois todas as informações devem estar muito bem detalhadas.
- (C) A redação oficial deve primar pelo emprego de linguagem rebuscada, uma vez que o uso do padrão culto da língua implica nesse emprego.
- (D) Existe um padrão oficial de linguagem a ser seguido na redação oficial que denomina-se linguagem burocrática.
- (E) As comunicações oficiais devem ser sempre formais e obedecer a certa formalidade de tratamento.

LEGISLAÇÃO

11. O Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região se preocupa em estabelecer uma série de princípios e valores fundamentais a serem observados por seus servidores, essenciais à construção de um Tribunal democrático. Assinale a alternativa que se enquadra perfeitamente aos valores e princípios do Código de Ética.

- (A) A efetividade processual, princípio norteador do Código de Ética, sempre se sobreporá aos demais princípios elencados pelo legislador.
- (B) O servidor deverá agir com honestidade, integridade e parcialidade na condução de seus trabalhos.
- (C) Atento ao propósito da Justiça do Trabalho, o servidor sempre privilegiará o empregado em relação ao empregador, implementando ideias voltadas à sua valorização.
- (D) Com foco na retenção de despesas – a condução do processo priorizará a resolução do conflito de forma célere e econômica, a despeito dos direitos fundamentais.
- (E) O servidor deverá promover ações voltadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, incluindo o meio ambiente de trabalho.

12. Assinale a alternativa que corresponde à conduta, por parte do servidor público, que NÃO viola o Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Em situações excepcionais, o servidor poderá praticar ou compactuar com, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética, desde que observadas as formalidades legais.
- (B) Dar ciência imediatamente à chefia competente de todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial ao Tribunal ou à sua missão institucional, do qual tenha tomado conhecimento em razão do cargo ou função, ainda que isso comprometa a estabilidade de seus colegas.
- (C) Assumir posição de intransigência e confronto perante a chefia ou colegas de trabalho, com o objetivo de defender convicções e ideais.
- (D) Como é sabido, existe uma ordem cronológica de ações judiciais que, em regra, orienta os trabalhos dos magistrados. Sempre que, em sua concepção, entender estar diante de uma situação especial, o servidor poderá priorizar a análise de determinadas ações, em detrimento da lógica cronológica.
- (E) Considerando a existência do processo eletrônico, os servidores não serão obrigados a prestar informações que poderão ser publicamente consultadas junto aos computadores disponibilizados pelo Tribunal Regional do Trabalho.

13. A Constituição Federal de 1988 e o próprio Estado Democrático de Direito cuidaram de atribuir grande relevância aos princípios, direitos e garantias fundamentais que devem nortear as relações sociais. Na mesma linha, o Código de Ética do Tribunal Região da 1ª Região cuidou de estabelecer uma série de princípios e valores éticos a serem observados. Diante disso, assinale a alternativa que estabelece os princípios e valores éticos que constam expressamente do referido Código de Ética.

- (A) Princípios da moralidade, presunção de inocência e *reformatio in pejus*.
(B) Princípios da transparência, dialeticidade recursal, efetividade e duplo grau de jurisdição.
(C) Princípios da moralidade, razoável duração do processo e efeito vinculante dos precedentes.
(D) Princípios do decoro, legalidade, *in dubio pro* reclamante e verdade real dos fatos.
(E) Princípios da responsabilidade social e ambiental, legalidade, impessoalidade e moralidade.

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Os magistrados gozarão férias individuais de noventa dias por ano, que poderão ser fracionadas em dois períodos iguais.
(B) As férias de noventa dias garantidas ao magistrado também serão garantidas aos servidores da Justiça do Trabalho.
(C) Conceder-se-á licença para tratamento de saúde; por motivo de doença em pessoa da família; e para repouso à gestante, sendo que, em regra, a licença também será estendida ao pai.
(D) Diante da inexistência de um Ministério Público específico para as questões trabalhistas, sempre que necessário, o Juiz determinará a expedição de ofício ao Ministério Público Estadual.
(E) Havendo vaga para juiz substituto, antes da abertura de concurso, o Presidente do Tribunal fará publicar edital, no Diário Oficial da União, para possibilitar que, neste prazo, sejam apresentados pedidos de remoção pelos juízes substitutos de outras Regiões.

15. Em atenção ao que dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que tiver conhecimento de desobediência à ordem emanada do Tribunal ou de seus magistrados no exercício da função ou de desacato ao Tribunal ou a seus magistrados, o Presidente comunicará o fato ao Ministério Público, fornecendo-lhe os elementos de que dispuser para a propositura da ação penal.
(B) Os prazos serão regulados pela legislação trabalhista e, subsidiariamente, pelas normas de direito penal e tributário.
(C) A distribuição de processos no Tribunal ocorrerá de acordo com o interesse e a conveniência do Presidente.
(D) O Tribunal não possui procedimento previsto para a uniformização de sua jurisprudência.
(E) Em virtude do bem jurídico tutelado, não existe *habeas corpus* na Justiça do Trabalho.

16. A empresa Reclamada ZAQWSX Ltda. interpôs Agravo Regimental contra decisão que denegou seu pedido liminar. O relator que redigiu a decisão recorrida, contudo, encontrava-se temporariamente afastado para tratamento de saúde. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a providência a ser tomada pelo servidor, nesse caso, é

- (A) submeter os autos ao desembargador que seguir o relator na antiguidade, no respectivo órgão colegiado.
(B) remeter os autos conclusos ao magistrado que estiver substituindo o relator ou ao nomeado para ocupar a vaga.
(C) encaminhar os autos ao Presidente do Tribunal para apreciação.
(D) remeter os autos para nova distribuição a outra turma do Tribunal.
(E) submeter os autos à apreciação do juiz de primeiro grau.

17. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) O militar alistável é elegível desde que, contando com menos de dez anos de serviço, seja agregado pela autoridade superior e, se eleito, passe automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

- (B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) A ação de impugnação de mandato será sempre pública, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (D) A condenação criminal transitada em julgado é uma das possibilidades de cassação dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos.
- (E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

18. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais proteção em face da automação, na forma da lei.
- (B) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irredutibilidade absoluta do salário.
- (C) É garantido o salário, nunca inferior ao mínimo, salvo para os que percebem remuneração variável.
- (D) Constitui crime qualquer a retenção do salário, ainda que culposa.
- (E) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade, em creches e pré-escolas.

19. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos atos administrativos.

- (A) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (B) Ao passo que o objeto é o efeito jurídico mediato que o ato produz, a finalidade é o efeito imediato do ato administrativo.
- (C) A autoexecutoriedade não existe em todos os atos administrativos, sendo possível, quando expressamente prevista em lei ou quando se tratar de medida urgente, que, caso não adotada de imediato, possa ocasionar prejuízo maior ao interesse público.

- (D) Da presunção de veracidade decorre o efeito que, enquanto não decretada sua invalidade, seja pela Administração ou pelo Judiciário, o ato inválido produz efeitos como se válido fosse.
- (E) Consoante à teoria dos motivos determinantes, a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento.

20. No tocante à classificação dos agentes públicos, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os membros da Magistratura enquadram-se na espécie

- (A) agentes políticos.
- (B) agentes delegados.
- (C) agentes credenciados.
- (D) agentes honoríficos.
- (E) particulares em colaboração com o Poder Público.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. A Resolução nº 230/2016 do CNJ disciplina que, a fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros, os servidores e terceirizados que atuam no Poder Judiciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência. Nesse sentido, cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos,

- (A) cinco por cento de servidores efetivos e três por cento de funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.
- (B) três por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.
- (C) cinco por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.
- (D) três por cento de servidores efetivos e um por cento de funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.
- (E) dois por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

- 22.** A Lei nº 13.146/2015 prevê que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo esse direito desdobrado em vários outros com finalidades específicas. Vários desses direitos de atendimento prioritário com finalidade específica são extensíveis ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda a um direito NÃO extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.
- (A) Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.
- (B) Prioridade no atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- (C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- (E) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- 23.** João é pessoa com deficiência física. Sabedor de que possui garantia ao livre exercício dos seus direitos políticos, ele dirige-se à seção eleitoral para exercer seu direito ao voto. No entanto, em razão de sua deficiência física, João necessita de auxílio de terceira pessoa para votar. Nesse sentido, de acordo com o disposto na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) João poderá receber ajuda apenas dos auxiliares da Justiça Eleitoral.
- (B) João poderá receber auxílio apenas de pessoa previamente cadastrada no Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado.
- (C) João poderá, a seu pedido, receber auxílio de pessoa de sua escolha.
- (D) João poderá receber auxílio de qualquer pessoa, desde que não filiada a partido político.
- (E) João poderá transferir seu direito ao voto à pessoa de sua escolha.
- 24.** Um servidor público impediu que certa pessoa efetuasse inscrição em concurso público, única e exclusivamente, em razão desta possuir deficiência física, sem que o cargo pleiteado por ela exigisse aptidão física plena. Segundo disciplina a Lei nº 7.853/1989, tal conduta é tipificada como crime punível com pena de
- (A) detenção de 2 (dois) a 8 (oito) anos e multa.
- (B) reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- (C) detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- (D) detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.
- (E) reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.
- 25.** O Decreto nº 3.298/1999 determina que o órgão responsável pela realização de concurso público que destine vagas a pessoas com deficiência terá a assistência de equipe multiprofissional, a qual, dentre outras funções, avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta a composição dessa equipe multiprofissional.
- (A) Será composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo dois deles médicos, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.
- (B) Será composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.
- (C) Será composta de dois profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e dois profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.
- (D) Será composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e dois profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.
- (E) Será composta de dois profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Arquivos compactados ocupam um espaço menor de armazenamento. Além disso, a transferência de um arquivo compactado, entre dois computadores, leva um tempo menor do que a do arquivo original. Assinale a alternativa em que todas as extensões de arquivo apresentadas são utilizadas na compactação de arquivos.

- (A) .arj e .bit
- (B) .tar e .odf
- (C) .rar e .zip
- (D) .docx e .tar.gz
- (E) .exe e .bat

27. Atalhos de teclado são úteis para utilizar os recursos do sistema operacional de uma maneira mais ágil. Para acessar o gerenciador de arquivos do Windows 10 por meio de um atalho de teclado, qual das combinações de teclas a seguir deve ser utilizado, considerando as configurações padrão do sistema operacional?

(Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) CTRL + ALT + DEL
- (B)  + E
- (C) CTRL + DEL
- (D)  + W
- (E) CTRL +  + W

28. Ocorreu um incidente de segurança da informação na empresa onde você trabalha e a equipe de administradores de T.I. solicitou que os usuários não ligassem os seus computadores até que fosse realizada uma varredura em toda a rede em busca de códigos maliciosos. A suspeita é de um software que captura as teclas digitadas no teclado e os cliques de mouse. Esse software é conhecido como

- (A) ransomware.
- (B) cracker.
- (C) alienware.
- (D) spyware.
- (E) hardware.

29. Na Internet, há várias formas de armazenar ou transmitir arquivos entre usuários e computadores. Entretanto, nem todos os protocolos ou programas utilizados têm essa finalidade. Assinale a alternativa em que nenhum protocolo ou programa tenha como função a transferência ou armazenamento de arquivos.

- (A) FTP e Google Drive.
- (B) BitTorrent e FTP.
- (C) HTTP e DropBox.
- (D) Microsoft OneDrive e VoIP.
- (E) VoIP e RFID.

30. Durante a edição de um arquivo de texto composto por muitas páginas e capítulos, alguns desses capítulos não preenchem totalmente a sua última página, deixando-a com uma porção em branco, sendo que todo capítulo novo deve começar no início de uma nova página. Utilizando a ferramenta de edição de texto do LibreOffice 5, ao terminar de escrever um capítulo que terminou no meio da página atual, qual das opções do menu “Inserir” oferece o recurso adequado para ir para a próxima página, onde se iniciará o novo capítulo?

- (A) Seção.
- (B) Quebra manual.
- (C) Cabeçalho.
- (D) Rodapé.
- (E) Nota de rodapé / Nota de fim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 31.** Um magistrado, titular da Vara do Trabalho de Macaé/RJ, foi denunciado por crime de corrupção passiva no exercício de sua função. Entendendo não haver justa causa para o oferecimento da denúncia criminal e tencionando trancar o processo, a Defesa do magistrado deve cogitar trancar o processo perante o
- (A) Superior Tribunal de Justiça.
(B) Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (seção judiciária do Rio de Janeiro).
(C) Supremo Tribunal Federal.
(D) Tribunal Regional Federal da 2ª Região (seções judiciárias de Rio de Janeiro e Espírito Santo).
(E) Tribunal Superior do Trabalho.
- 32.** Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), constitui infração "gravíssima" qual das seguintes condutas?
- (A) Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
(B) Dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança.
(C) Ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível.
(D) Estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinquenta centímetros a um metro.
(E) Usar buzina entre as vinte e duas e as seis horas.
- 33.** Segundo o art. 302, § 1º, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), "No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente [...] não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação". Qual é a circunstância estabelecida nesse dispositivo e em que fase da fixação de pena ela é aplicada, respectivamente?
- (A) Circunstância judicial e terceira fase de dosimetria.
(B) Circunstância agravante e segunda fase de dosimetria.
(C) Circunstância majorante e segunda fase de dosimetria.
(D) Circunstância agravante e terceira fase de dosimetria.
(E) Circunstância majorante e terceira fase de dosimetria.

- 34.** Segundo o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para
- (A) Analistas do Ministério Pùblico do Estado do Rio de Janeiro.
(B) Deputados federais e Senadores da Repùblica.
(C) Procuradores-Gerais dos Estados-Federados.
(D) Médicos legistas do Instituto Médico Legal.
(E) Integrantes da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.
- 35.** A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional e após prévia autorização do SINARM (Sistema Nacional de Amas), é de competência de qual entidade?
- (A) Polícia Federal.
(B) Polícia Rodoviária Federal.
(C) Agência Brasileira de Inteligência.
(D) Polícia Militar dos Estados-Federados.
(E) Forças Armadas.
- 36.** Frederico decide escalar os muros de uma residência e a invade, tencionando subtrair computadores e celulares que encontrar em seu interior. Quando começa a acomodar os aparelhos em sua sacola, escuta os proprietários da residência abrirem o portão da garagem, anunciando seu retorno à moradia. Nesse momento, Frederico decide abandonar a empreitada e bate em retirada sem subtrair qualquer bem. Após pular novamente o muro para fugir pela calçada, é surpreendido por policiais em uma viatura, sendo prendido em flagrante. Supondo que Frederico seja futuramente denunciado por crime de furto, qual instituto jurídico melhor se aplicaria a ele em eventual sentença?
- (A) Aplicação da causa de diminuição de pena por "erro evitável sobre a ilicitude do fato" prevista no art. 21 do Código Penal, uma vez que o agente atuou sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
(B) Aplicação da regra da "desistência voluntária" prevista no art. 15 do Código Penal e consequente desclassificação da imputação de crime de "furto" para crime de "invasão de domicílio", pois o agente

- desistiu de prosseguir na execução do delito e responderá tão somente pelos atos praticados.
- (C) Absolvição própria por não constituir o fato infração penal, uma vez que não se consumou a subtração de coisa alheia móvel exigente para configuração do delito de furto.
- (D) Assunção da autoria e da materialidade do delito com aplicação de circunstância atenuante de ter o agente "procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências", conforme prescreve o art. 65, III, "b", do Código Penal.
- (E) Aplicação do instituto do "arrependimento posterior" previsto no art. 16 do Código Penal, porquanto o agente reparara o dano e restituíra a coisa, voluntariamente, antes do recebimento da denúncia pelo Juízo.
- 37. Abelardo, servidor público lotado na Vara do Trabalho de Porto Real/RJ, aproveita para apropriar para si, enquanto os demais servidores estavam em horário de almoço, um dos microcomputadores do tipo "laptop" que haviam sido ali depositados em Juízo após penhora de bens de parte reclamada em processo trabalhista, embora tivesse ele (Abelardo) a função de zelar e conservar tais objetos. Esse servidor cometeu qual crime, em tese, de acordo com o Código Penal Brasileiro?**
- (A) Apropriação indébita (art. 168, *caput*, CP).
 (B) Corrupção ativa (art. 333, *caput*, CP).
 (C) Corrupção passiva (art. 317, *caput*, CP).
 (D) Furto qualificado (art. 155, § 4º, CP)
 (E) Peculato (art. 312, *caput*, CP).
- 38. Três indivíduos que são amigos reúnem-se para fazer uso de narcóticos. Porém, em dado momento, os entorpecentes acabam e eles não têm mais dinheiro para reabastecer o vício. Um deles, chamado Ronaldo, propõe que se dirijam a um ponto de ônibus para roubar algum transeunte que lá esteja aguardando a chegada do veículo de lotação. Contudo, ao se aproximarem do referido ponto de ônibus, uma viatura policial passa por eles, inibindo-lhes a vontade de praticar o delito. Se o crime de roubo planejado pelo trio não chegou pelo menos a ser tentado, qual é a consequência penal para Ronaldo, aquele que havia sugerido a prática desse delito contra o patrimônio?**
- (A) Nenhuma, pois tais atos são relativamente nulos.
 (B) Ele responderá por participação de menor importância.
 (C) Ele responderá por tentativa de roubo, nos termos do art. 14 do Código Penal.
 (D) Nenhuma, pois tais atos são impuníveis.
 (E) Ele responderá por roubo com aplicação de causa de diminuição de pena por arrependimento eficaz, nos termos do art. 15 do Código Penal.
- 39. Acerca da prisão preventiva, assinale a alternativa correta.**
- (A) A prisão preventiva será decretada a requerimento da Autoridade Policial ao Juízo e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 (B) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício por Juízo competente, no curso da ação penal, mediante decisão fundamentada.
 (C) O Ministério Pùblico pode requerer a prisão preventiva de réu em ação de alimentos a afim de assegurar a aplicação da lei civil.
 (D) A Autoridade Policial pode decretar a prisão preventiva em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
 (E) A prisão preventiva pode ser decretada pelo Juízo competente, no curso de inquérito policial, a requerimento do Ministério Pùblico, por hipotética contravenção penal supostamente cometida por réu primário.
- 40. Trata-se de crime de preconceito de raça ou de cor previsto na Lei nº 7.716/1989**
- (A) injuriar outrem chamando-o de "banana".
 (B) prender em flagrante Auditor-Fiscal do Trabalho de cor de pele preta que solicita vantagem indevida a particular para deixar de praticar ato de ofício obrigatório.
 (C) impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público, em razão de raça, cor ou etnia.
 (D) apelidar jovem jogador de futebol de "novo Pelé" em razão da cor de sua pele.
 (E) defender, em dissertação acadêmica, a inconstitucionalidade do sistema de cotas raciais em provas e concursos públicos.

41. Em regra, na audiência de instrução, o réu é interrogado após a inquirição do ofendido e das testemunhas, como vaticina o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa. Porém, em diversas oportunidades, as testemunhas arroladas pelas partes não podem ser ouvidas na mesma jurisdição onde o processo penal é movimentado. Por isso, o Código de Processo Penal dispõe que: "A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes". Assim sendo, uma vez que o interrogatório do réu está agendado para ocorrer no mês de julho de 2018, e a oitiva da testemunha defensiva restante está agendada, via carta precatória, para agosto de 2018, deve o Juízo, de ofício ou a requerimento da acusação,

- (A) cancelar a audiência de interrogatório para evitar a inversão de ato processual tendente a gerar nulidade absoluta.
(B) manter o agendamento da audiência de interrogatório porque a inquirição de testemunha por carta precatória não constitui elemento probatório relevante.
(C) manter o agendamento da audiência de interrogatório pois a expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal.
(D) manter o agendamento da audiência de interrogatório e, inclusive, abrir prazo às partes, logo em seguida, para que apresentem suas alegações finais orais.
(E) determinar a condução coercitiva do réu para que ele seja interrogado perante o Juízo deprecado logo após a oitiva da testemunha faltante.

42. Em decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Habeas Corpus nº 57.956-RS, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, asseverou-se que: "Inexiste continuidade delitiva entre os crimes de receptação dolosa e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, pois são infrações penais de espécies diferentes". Acerca do instituto do crime continuado, previsto no art. 71, *caput* e § 1º, do Código Penal (CP), assinale a alternativa que contenha dois tipos penais de mesma espécie, com base no enunciado do STJ ora transcrito.

- (A) Homicídio qualificado (art. 121, § 2º, CP) e Homicídio culposo (art. 121, § 3º, CP).
(B) Paralisação de trabalho de interesse coletivo (art. 201, CP) e Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem (art. 200, CP).
(C) Corrupção passiva (art. 317, CP) e Corrupção ativa (art. 333, CP).
(D) Favorecimento pessoal (art. 348, CP) e Favorecimento real (art. 349, CP).
(E) Resistência (art. 329, CP) e Desobediência (art. 330, CP).

43. A respeito do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

- (A) Nos crimes inafiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
(B) Nos crimes insuscetíveis de graça ou anistia, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
(C) Nos crimes imprescritíveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
(D) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
(E) Nos crimes hediondos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

- 44. Em relação à Lei nº 5.553/1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.
- (B) Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.
- (C) Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR\$ 0,50 (cinquenta centavos) a NCR\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.
- (D) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado.
- (E) Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

- 45. Determinado Agente Técnico Judiciário da Vara do Trabalho de Teresópolis/RJ, ao notar que um cidadão está adentrando no Fórum Trabalhista utilizando em seu pescoço corrente de ouro com pingente de crucifixo cristão, ordena que o sujeito retire o adereço e guarde-o em seu bolso, pois estaria ele ofendendo a laicidade do Estado ali instituída no átrio do prédio judiciário. O cidadão obedeceu a ordem do agente público. Diante do exposto, é correto afirmar que o agente cometeu**
- (A) ato regular, pois cabia a ele, como agente público concursado, dar eficácia ao preceito constitucional da laicidade estatal.
- (B) abuso de autoridade, por ter atentado contra a liberdade de consciência e de crença.
- (C) crime de injúria, por ter ofendido a dignidade e o decoro do cidadão.
- (D) infração disciplinar, por entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço.
- (E) ato regular, pois é dever de ofício do Técnico Judiciário da Justiça do Trabalho apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso, podendo exigir o mesmo dos jurisdicionados.

46. Determinado indivíduo de nome Amarildo foi preso temporariamente no dia 15 de jan. de 2018, mas recebeu alvará de soltura no dia 19 de jan. de 2018. O Distrito Policial foi notificado da expedição da decisão judicial no dia 20 de jan. de 2018, mas o agente público competente para praticar a soltura do beneficiário do alvará, de nome Roberval, decidiu, por conta própria, liberar Amarildo do cárcere somente no dia 30 de jan. de 2018. Em tese, esse agente público cometeu abuso de autoridade, de acordo com o art. 4º, "i", da Lei de Abuso de Autoridade, assim escrita: "prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade". Amarildo, portanto, quer ver o agente público Roberval penalmente sancionado por abuso de autoridade consumado. Qual medida deve ser tomada por ele e por seu advogado, uma vez que o Ministério Público, após receber a representação de Amarildo e após ter obtido vista dos autos de inquérito, decidiu não oferecer denúncia criminal no prazo legalmente fixado, pugnando pelo arquivamento do feito?

- (A) Impetrar mandado de segurança contra o membro do Ministério Público que pugnou pelo arquivamento da representação, pedindo, ao fim, para que o agente acusador ofereça a denúncia criminal por indícios de autoria e materialidade.
- (B) Oferecer ação penal privada com queixa-crime, no prazo de 6 (seis) meses, contados do encerramento do prazo do Ministério Público, contendo a procuração poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.
- (C) Ajuizar ação indenizatória por danos morais, uma vez que a sanção penal caducou com a inércia do Ministério Público.
- (D) Requerer instauração de inquérito policial, desta vez contra o membro do Ministério Público que pugnou pelo arquivamento do referido inquérito, suscitando o eventual crime de prevaricação.

(E) Oferecer ação penal pública com denúncia criminal, requerendo em cota apartada que o Ministério Público seja intimado, como *custus legis*, a aditar a peça.

47. Benedito, Juiz de Direito, enquanto dirigia seu automóvel no trânsito, avistou um determinado sujeito, Edson, seu conhecido, atirando uma pedra na janela de um automóvel estacionado em frente a uma loja de departamentos. Por vislumbrar o crime de dano, Benedito instaurou, de ofício, inquérito policial para investigar a conduta de Edson. O Delegado de Polícia competente para presidir a investigação preliminar, chamado Gustavo, analisou o ofício do magistrado e não deu seguimento à instauração do inquérito, encaminhando-o para análise do Ministério Público que requereu seu arquivamento ao Juízo competente, por detectar vício na legitimidade do ato, com fundamento no art. 5º do Código de Processo Penal. Diante do exposto, é correto afirmar que a atitude de Gustavo foi

- (A) incorreta, pois um Delegado de Polícia não pode desobedecer uma ordem judicial.
- (B) desnecessária, pois o Delegado de Polícia é a Autoridade Policial presidente da investigação preliminar e pode, inclusive, mandar arquivar o inquérito, sem colher a opinião do Ministério Público.
- (C) correta, pois Benedito não tem legitimidade para instaurar, de ofício, um inquérito policial, sendo a ele possível, tão somente, encaminhar uma requisição de instauração de inquérito à Autoridade Policial, já que não existe hierarquia entre um Juiz e um Delegado.
- (D) incorreta, pois Gustavo deveria dar seguimento à investigação, ainda que o ofendido tenha noticiado à Autoridade Policial seu desinteresse na persecução de Edson.
- (E) correta, pois Gustavo deve arquivar todo inquérito instaurado sem o consentimento do ofendido, independente da modalidade da eventual ação penal.

48. Acerca das prisões cautelares, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O juiz não poderá revogar a prisão preventiva de ofício se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem.
- (B) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (C) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (D) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (E) Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

49. Determinados empregados de uma empresa metalúrgica invadiram seu estabelecimento no período noturno e destruíram os bens necessários para o trabalho normal existente dentro do estabelecimento, tais como máquinas da linha de produção, em protesto contra medidas de gestão tomadas pelo empregador. A esses trabalhadores é possível imputar a conduta penalmente tipificada como

- (A) crime de dano (art. 163, CP).
- (B) crime de exercício de atividade com infração de decisão administrativa (art. 205, CP).
- (C) crime de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem (art. 200, CP).
- (D) crime de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem (art. 202, CP).
- (E) crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345, CP).

50. Determinado tipo penal previsto no Código Penal possui o seguinte enunciado: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". Determinado servidor público do setor administrativo da Justiça do Trabalho deixa de publicar edital relativo à intimação de um amigo pessoal, para que este ganhe mais prazo de tempo no processo em que responde. A esse fato criminoso cometido pelo servidor em questão dá-se o nome do tipo penal respectivo de

- (A) exploração de prestígio.
- (B) tráfico de influência.
- (C) abandono de função.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) prevaricação.

51. Um Técnico Judiciário Especialidade Segurança do Tribunal Regional do Trabalho está portando uma arma de fogo durante o seu serviço e reclama com um amigo da periculosidade criminal de seu bairro, dizendo estar propenso a manter-se com a arma mesmo após o cumprimento de sua escala, a fim de se deslocar até a sua residência com segurança. Nessa situação, é correto afirmar que

- (A) ele pode se manter com a arma, já que possui documento de porte funcional.
- (B) ele poderá se deslocar com a arma da instituição porque seu bairro é perigoso.
- (C) ele deverá entregar a arma na seção responsável do Tribunal após o serviço, já que não possui autorização expressa para carregá-la consigo para além das atividades funcionais.
- (D) mesmo entregando a arma, ele poderá ficar com o porte funcional para poder usar sua arma particular no deslocamento.
- (E) ele poderá deixar de dar saída formal de seu turno de serviço, justificando o deslocamento à sua residência armado.

52. Durante seu serviço, um funcionário do TRT, de modo bem tranquilo, menciona que acabara de ser agredido fisicamente, no corredor do 2º andar, por uma pessoa que ainda estaria no prédio. Diante da situação mencionada, o Técnico Judiciário Especialidade Segurança deve, EXCETO

- (A) solicitar os dados da situação para fazer o registro em seu relatório.
- (B) procurar fazer gestão para que o fato chegue ao conhecimento do Presidente do Tribunal.
- (C) iniciar uma investigação preliminar para saber se há testemunhas ou provas do fato.
- (D) perguntar ao funcionário se está tudo bem e se ele precisa de apoio médico.
- (E) evitar conversar com o funcionário, já que está dentro do Tribunal.

53. Durante a vistoria do corpo de bombeiros no prédio do TRT, é solicitada a adequação da cor da placa verde de aviso de advertência de piso molhado colocada na entrada, da placa vermelha que está indicando a proibição de energização de fonte de força e da cor preta pintada nos espelhos dos degraus de entrada do prédio. Diante disso, quais seriam as cores corretas para os objetos identificados, respectivamente, conforme as normas técnicas para prevenção de acidentes?

- (A) Vermelha, azul e branca.
- (B) Azul, verde e vermelha.
- (C) Amarela, preta e azul.
- (D) Amarela, azul e amarela.
- (E) Vermelha, azul e vermelha.

54. Sabe-se que o Decreto nº 70.274/72 regula o ceremonial público e a ordem geral de precedência nas solenidades oficiais realizadas na Capital da República, nos Estados, nos Territórios Federais e nas Missões diplomáticas do Brasil. A respeito do assunto, informe se é (V) verdadeiro ou (F) falso o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Em uma cerimônia realizada no Rio de Janeiro, ainda que somente o Vice-Presidente da República esteja presente representando a União, quem presidirá o evento é o Governador do respectivo ente federado.

() Em uma cerimônia de caráter federal dentro do Tribunal Regional do Trabalho, um Técnico Judiciário, por ser funcionário da União, terá precedência em relação ao delegado chefe da polícia civil do Estado do Rio de Janeiro.

() No prédio do Tribunal, a Bandeira Nacional pode ficar hasteada 24h por dia e, durante a noite, ela deverá ficar iluminada.

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

55. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). O Desembargador Presidente do Tribunal solicitou sua colaboração para montar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – do TRT-RJ, a fim de garantir a saúde do servidor público no trabalho. São, portanto, possíveis contribuições que o Técnico Judiciário Especialidade Segurança poderá dar nessa tarefa:

- I. informar ao Presidente do Tribunal que é preciso, primeiramente, checar possíveis novas regras a respeito desse assunto que sejam aplicáveis para os órgãos públicos federais.
- II. informar ao Presidente da necessidade de regular internamente os procedimentos de constituição da comissão através de ato normativo interno.
- III. orientar que será prudente regular que a comissão tenha no mínimo 3 e no máximo 21 integrantes, na relação de 01 integrante para cada 30 servidores.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III.

56. Um Técnico Judiciário Especialidade Segurança está conduzindo um veículo preto do Tribunal Regional do Trabalho levando o Desembargador Presidente daquele órgão a um evento oficial na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro-ALERJ, porém observa que a 400 metros à sua frente estão vários manifestantes bloqueando a via e, aparentemente, gritando palavras de ordem. Seu destino final está a 50 metros após o bloqueio. Nesse momento, é necessário

- (A) parar imediatamente o veículo e analisar o que fazer.
- (B) realizar uma manobra evasiva conhecida como “reverso” e voltar de onde veio para garantir a segurança.
- (C) avisar do risco ao Desembargador, decidindo por uma rota alternativa, ainda que ela seja um pouco mais longa.
- (D) chegar próximo ao bloqueio e tentar passar em velocidade baixa.
- (E) usar do improviso, sugerindo ao desembargador que vocês passem a pé pelos manifestantes para não chamar a atenção, garantindo que cheguem na assembleia o quanto antes.

57. Em princípio são cinco os elementos que explicam a prática de uma direção defensiva. Referente ao tema, relate as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Previsão.
2. Conhecimento.
3. Atenção.
4. Habilidade.
5. Decisão.

- () Informação sobre direitos e deveres no trânsito.
- () Reação necessária diante da previsão de acidente.
- () Capacidade de conduzir o veículo.
- () Estado mental direcionado a todos os elementos envolvidos no trânsito.
- () Pode ser imediata ou mediata.

- (A) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.
- (B) 2 – 5 – 4 – 1 – 3.
- (C) 5 – 3 – 4 – 1 – 2.
- (D) 2 – 4 – 1 – 3 – 5.
- (E) 4 – 5 – 1 – 3 – 2.

58. Durante o expediente no Tribunal Regional do Trabalho, um advogado procura a Área de Segurança avisando que encontrou, dentro do banheiro do órgão, uma caixa estranha com um relógio colado na parte externa de sua tampa. Ao verificar a caixa, percebe-se que ela não faz parte das coisas do prédio. Em que tipo de situação pode se configurar a ocorrência descrita e qual a próxima medida a ser tomada nesse caso, respectivamente?

- (A) Situação normal/pegar a caixa e jogar no lixo.
- (B) Situação irregular/pegar a caixa e jogar no lixo.
- (C) Situação irregular/isolar o local e tentar abrir a caixa.
- (D) Situação de crise/isolar o local e fazer gestão para que açãoem uma empresa especializada em crises.
- (E) Situação de crise/isolar o local e fazer gestão para que açãoem a autoridade pública especializada.

59. Uma das ferramentas que ajuda a compreender o ambiente interno de uma instalação, em relação às suas forças e fraquezas, e o ambiente externo, no que tange às oportunidades e ameaças para um decisão mais aprimorada nas ações de segurança, é conhecida como

- (A) Matriz Swat.
- (B) Método PDCA.
- (C) Matriz Swot.
- (D) Modelo DMADV.
- (E) Modelo DMAIC.

60. Durante a condução do veículo do Tribunal Regional do Trabalho por uma avenida, desenvolvendo a velocidade máxima permitida de 60km/h, o Desembargador, que está como passageiro, de forma inesperada determina que você vire à direita e tome uma via coletora para que cortem caminho até o TRT, e assim você o faz. Em seguida, ele solicita que acelere para que não cheguem atrasados. Diante dessa situação, qual será a sua orientação ao desembargador, de acordo com as leis de Trânsito, que poderá fazê-lo retirar o pedido?

- (A) Por ser um veículo do Tribunal, tal conduta será errada.
- (B) Em razão da via não indicar sinalização de velocidade, você poderá desenvolver até 30km/h apenas.
- (C) Por não existir sinalização de velocidade máxima permitida para aquela via, a velocidade poderá ser até 40km/h apenas.
- (D) Por ser uma via coletora, a velocidade máxima permitida é até 50km/h.
- (E) Por ser uma via coletora, a velocidade máxima permitida é até 30km/h.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

RASCUNHO